

## **MISSÃO**

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

## **VISÃO**

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.



Paulo Dantas da Costa  
**Presidente**



Wellington Leonardo da Silva  
**Vice-Presidente**



## *Conselheiros Efetivos*

---

Antonio Eduardo Poleti  
Celina Martins Ramalho  
Eduardo José Monteiro da Costa  
Erivaldo Lopes do Vale  
Fábio José Ferreira da Silva  
Fabíola Andréa Leite de Paula  
Francisco Assunção e Silva  
João Manoel Gonçalves Barbosa  
José Luiz Amaral Machado  
Júlio Alfredo Rosa Paschoal  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado  
Nelson Pamplona da Rosa  
Odisnei Antônio Béga  
Paulo Dantas da Costa  
Róridan Penido Duarte  
Sebastião Demuner  
Wellington Leonardo da Silva

## *Conselheiros Suplentes*

---

Airton Soares Costa  
Antonio Eduardo Nogueira  
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda  
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro  
Edson Nogueira Fernandes Jr.  
José Antônio Lutterbach Soares  
José Emílio Zambom da Silva  
Lourival Batista de Oliveira Júnior  
Marcelo Martinovich dos Santos  
Mônica Beraldo Fabrício da Silva  
Nei Jorge Correia Cardim  
Paulo Brasil Corrêa de Mello  
Paulo Roberto Lucho  
Paulo Salvatore Ponzini  
Valery Maineri König  
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

## *Superintendente*

---

José Carlos de Godoy Junior

## *Colaboradores*

---

### **Procurador-Chefe**

Marcus Vilmon Teixeira dos Santos

### **Coordenadora de Apoio ao Sistema**

Aline Tales Ferreira Sette

### **Coordenador de Gestão**

João Carlos de Aguiar Nascimento

### **Assessores**

Fernando Athaide Nóbrega Filho

Maria Aparecida Carneiro

Solon Dias da Silva

## ***Profissional de Atividade Estratégica - PAE***

---

### **Advogados**

Susana Souza Oliveira  
Marília Andrade Rosa Abrantes

### **Contador**

Antonio Tolentino

### **Jornalista**

Manoel José Castanho

## ***Profissional de Suporte Técnico - PST***

---

### **Técnico em Contabilidade**

José Luiz Pereira Barboza

### **Assistentes Administrativos**

Ana Claudia Ramos Pinto  
Daniel Nunes de Oliveira  
Danielle Costa Barbosa  
João Henrique Vieira Costa  
Lilian de Souza Barbosa

### **Técnico de Informática**

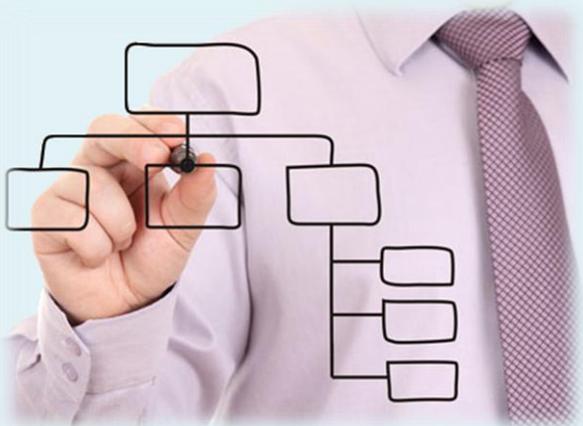
Danyel Willian Santos Teófilo

## ***Profissional de Suporte Administrativo - PSA***

---

### **Assistentes Administrativos**

Alexandre Café Rodrigues  
Edna Barroso Machado  
Jane Lopes da Silva



### Mensagem da Presidência

#### 1. Sistema Cofecon/Corecon

- 1.1 - Sessões Plenárias
- 1.2 - Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas
- 1.3 - Comissões de Trabalho
- 1.4 - Auxílios e doações a Conselhos
- 1.5 - II Programa de Recuperação de Créditos
- 1.6 - Despachos Executivos
- 1.7 - Concurso Público

#### 2. Conselho Federal de Economia

- 2.1 - A estrutura organizacional
- 2.2 - Processamento de informações
- 2.3 – Principais Indicadores do Cofecon
- 2.4 - Compras e Licitações
- 2.5 - Obtenção de uma nova sede
- 2.6 - Acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional

#### 3. O Sistema e a Mídia

- 3.1 - Revista Economistas
- 3.2 - Campanha do Dia do Economista

#### 4. Eventos

- 4.1 - Reunião de trabalho para discussão do PLS 658/07
- 4.2 - Conselho de Economia da FIESC
- 4.3 - IV Simpósio dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas
- 4.4 - Inauguração da nova sede do Corecon-MS
- 4.5 - Reunião com diretor do Banco Central
- 4.6 - Defesa das prerrogativas profissionais do Economista
- 4.7 - XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia
- 4.8 - XX Prêmio Brasil de Economia
- 4.9 - IV Gincana Nacional de Economia
- 4.10 - Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano
- 4.11 - Encontro dos Economistas da Amazônia Legal (ENAM)
- 4.12 - Encontro de Economistas da região Sul (Enesul)
- 4.13 - Seminário com Assessores Econômicos dos Presidenciais
- 4.14 - 50 anos do Corecon-PR
- 4.15 – Debate sobre a auditoria da dívida pública
- 4.16 – X Encontro de Economistas do Centro-Oeste
- 4.17 – IV Encontro de Economistas da região Sudeste

#### 5. Notas Oficiais do COFECON

O presente relatório apresenta os trabalhos da Gestão 2014 do Conselho Federal de Economia a fim de proporcionar a necessária transparência aos esforços realizados na busca dos objetivos do Sistema Cofecon/Corecon. Entendemos que esta transparência permite o acompanhamento das metas, diretrizes e estratégias de curto, médio e longo prazos, resultando em benefício para todos os economistas do Brasil.

Por “Gestão 2014” entenda-se não só o conjunto das ações do Presidente e Vice-Presidente, como também dos Conselheiros, funcionários e demais colaboradores que, através das diversas Comissões constituídas, auxiliaram a montagem e realização do Programa de Trabalho.

A expectativa é de que, ao alcançar os objetivos pretendidos, possamos juntos construir uma agenda positiva que continue atendendo as reais aspirações da categoria que representamos.

**Paulo Dantas da Costa**  
**Presidente do Cofecon**

## 1.1 - Sessões Plenárias

---

### 655ª Sessão Plenária

**Deliberação nº 4.801, de 31/01/2014**

Homologa processos administrativos apreciados na 655ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### 656ª Sessão Plenária

**Resolução nº 1.906, de 19/02/2014**

Prorroga até 30 de junho de 2014 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon.

**Resolução nº 1.907, de 28/03/2014**

Dispõe sobre o Regulamento do XX Prêmio Brasil de Economia.

**Resolução nº 1.908, de 28/03/2014**

Aprova o Regulamento da IV Gincana Nacional de Economia - 2014.

**Resolução nº 1.909, de 28/03/2014**

Inclui o capítulo VI no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de recebimento dos créditos dos Conselhos Regionais por meio do cartão de débito e de cartão de crédito

**Resolução nº 1.910, de 28/03/2014**

Decreta a intervenção no CORECON-MT e dá outras providências.

**Deliberação nº 4.802, de 10/03/2014**

Homologa o Dossiê Eleitoral referente ao

Processo Eleitoral Extraordinário do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA.

**Deliberação nº 4.803, de 29/03/2014**

Homologa processos administrativos apreciados na 656ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.804, de 29/03/2014**

Homologa processos contábeis apreciados na 656ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### 657ª Sessão Plenária

**Resolução nº 1.911, de 30/05/2014**

Procede a alterações na Resolução nº 1.852/2011, que instituiu a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e a CAT – Certidão de Acervo Técnico no âmbito do sistema Cofecon/Corecon.

**Resolução nº 1.912, de 30/05/2014**

Procede a alterações na Resolução 1.903/2013, que aprova o Regimento do Congresso Brasileiro de Economia - CBE e adota outras providências

**Resolução nº 1.913, de 30/05/2014**

Inclui a atividade de consultoria econômico-financeira independente entre as inerentes à profissão de economista e detalha as suas atividades, mediante a alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

**Resolução nº 1.914, de 30/05/2014**

Prorroga o prazo para a Tomada de Contas Especial apurar as responsabilidades pela não prestação de contas ao COFECON, bem como apurar a ocorrência de danos ao erário do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT.

**Deliberação nº 4.805, de 8/05/2014**

Concede auxílio financeiro ao Corecon-GO para realização do XXIV Since - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia.

**Deliberação nº 4.806, de 9/05/2014**

Concede auxílio financeiro ao Corecon-TO para realização do VIII Encontro das Entidades de Economistas da Região Amazônica (Enam).

**Deliberação nº 4.807, de 31/05/2014**

Homologa processos administrativos apreciados na 657ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.808, de 31/05/2014**

Homologa processos contábeis apreciados na 657ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**658ª Sessão Plenária****Resolução nº 1.915, de 1º/07/2014**

Prorroga o prazo para inscrições no XX Prêmio Brasil de Economia - XX PBE.

**Resolução nº 1.916, de 16/07/2014**

Prorroga a intervenção no Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT.

**Resolução nº 1.917, de 1º/08/2014**

Altera dispositivos da Resolução nº 1.868/2012, que define as bases referenciais para valoração dos honorários por serviços prestados por economistas profissionais e por empresas prestadoras de serviços de economia e finanças e institui o Valor da Hora de Trabalho de Economia - VHTE.

**Resolução nº 1.918, de 1º/08/2014**

Procede alterações nos artigos 56 a 59 do Capítulo XI do Manual de Procedimentos Administrativos do Sistema COFECON/CORECONS, aprovado pela Resolução nº 1.851/2011.

**Deliberação nº 4.809, de 27/06/2014**

Corrige os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

**Deliberação nº 4.810, de 2/08/2014**

Homologa processos contábeis apreciados na 658ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.811, de 2/08/2014**

Homologa processos administrativos apreciados na 658ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.812, de 2/08/2014**

Arquiva os processos administrativos nº 12.958/2007 e 13.099/2007, referentes à solicitação de diligência do Cofecon junto ao Corecon-PA, apreciados na 658ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.813, de 02/08/2014**  
Cria, no âmbito da Estrutura Administrativa e de Pessoal do Conselho Federal de Economia, o Cargo de ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

### **659ª Sessão Plenária**

**Deliberação nº 4.814, de 20/08/2014**  
Homologa os resultados do XX Prêmio Brasil de Economia-2014.

**Deliberação nº 4.815, de 6/09/2014**  
Homologa processos administrativos apreciados na 659ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.816, de 6/09/2014**  
Homologa processos contábeis apreciados na 659ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### **660ª Sessão Plenária**

**Resolução nº 1.919, de 24/09/2014**  
Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia para o exercício de 2015, e dá outras providências.

**Resolução nº 1.920, de 16/10/2014**  
Prorroga a intervenção no Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT.

**Deliberação nº 4.817, de 24 de setembro de 2014**  
Homologa a alteração do artigo 22 do Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 11ª Região - DF.

**Deliberação nº 4.818, de 2/10/2014**  
Concede apoio financeiro para a realização do XXIX Congresso Nacional da ANGE.

**Deliberação nº 4.819, de 2/10/2014**  
Altera os valores concedidos pelo COFECON aos CORECONs a título de auxílio financeiro para organização do Congresso Brasileiro de Economia e dos Encontros Regionais de Economistas.

**Deliberação nº 4.820, de 29/11/2014**  
Condiciona o registro dos graduados no Curso de Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas, à realização do curso complementar de Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria.

**Deliberação nº 4.821, 30/11/2014**  
Homologa processos contábeis apreciados na 660ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.822, de 30/11/2014**  
Homologa processos administrativos apreciados na 660ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**Deliberação nº 4.823, de 30/11/2014**  
Homologa Dossiês Eleitorais - 2014.

**Deliberação nº 4.824, de 30/11/2014**  
Indefere a solicitação dos empregados do Conselho Federal de Economia nos processos administrativos nº 16.321/2014, 16.323/2014 e 16.322/2014 de permanência de seus pais no Plano de Saúde mantido pelo Conselho Federal de Economia.

## 661ª Sessão Plenária

### **Resolução nº 1.921, de 12/12/2014**

Altera o § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832/2010.

### **Resolução nº 1.922, de 12/12/2014**

Altera dispositivos da Resolução nº 1.865, de 9/12/2011, que aprova o procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia.

### **Deliberação nº 4.825, de 12/12/2014**

Homologa processos administrativos

apreciados na 661ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### **Deliberação nº 4.826, 12/12/2014**

Aprova, com ressalva, prestação de contas do XX Congresso Brasileiro de Economia - CBE 2013.

### **Deliberação nº 4.827, de 12/12/2014**

Homologa Dossiê Eleitoral do CORECON-AP - 2014.

### **Deliberação nº 4.828, de 13/12/2014**

Homologa processos contábeis apreciados na 661ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

## 1.2 - Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas

Duas vezes ao ano, são realizadas sessões plenárias ampliadas onde se reúnem os Conselheiros Federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Em 2014, elas foram realizadas em fevereiro e em setembro. Como resultado, os presidentes dos Corecons elencaram uma série de solicitações ao Conselho Federal de Economia.

### **Registramos o atendimento aos seguintes itens:**

ASSUNTO	STATUS
<b>O Corecon-PR solicita informações acerca do PLS 658/Senado Federal, com destaque ao artigo 16, parágrafo único.</b>	<b>ATENDIDO.</b> A Presidência participou de uma reunião no dia 20/02/2014 com representantes de Corecons, ocasião em que os esclarecimentos foram discutidos e encaminhados. O projeto tramita na CAS, aguardando definição da data de realização da audiência pública requerida pelo Senador José Agripino. Em paralelo, o COFECON busca negociação com o Conselho Federal de Administração, devido a divergências apresentadas pelos administradores.

<p><b>O Corecon-PR solicita informações acerca das alterações relativas ao regulamento do Congresso Brasileiro de Economia e informe gerais do referido evento.</b></p>	<p>ATENDIDO. A Presidência participou da 2ª Reunião Ordinária do Corecon-PR, no dia 04/04/2014, quando definiu-se a apresentação de modificação no normativo do CBE ao Plenário do Cofecon. As alterações foram promovidas pela Resolução nº 1.911, de 30 de maio de 2014.</p>
<p><b>O Corecon-PR propôs a elaboração de um plano para divulgação da profissão de economista pelos Conselhos Regionais de Economia, com apoio do Conselho Federal de Economia.</b></p>	<p>ATENDIDO. O Cofecon atua em projetos de divulgação da profissão, a exemplo da Campanha Nacional em Comemoração ao Dia do Economista, que teve em 2014 o tema “Você sabe onde sua empresa está. O economista sabe aonde ela pode chegar”. A Campanha consistiu em mídia televisiva nas Emissoras Globo News, Band News e Record News; anúncios nas rádios CBN, Nacional e Band News; e anúncios em portais de economia e negócios. Também foram disponibilizadas artes de anúncio em revista, cartaz, banner e e-mail marketing, visando subsidiar os Corecons na divulgação das peças em âmbito regional.</p>
<p><b>O Corecon-MS solicita a retomada do processo de apoio institucional do Cofecon aos Corecons com menor poder econômico e dentro de normas como acontecia anteriormente.</b></p>	<p>ATENDIDO PARCIALMENTE. O Cofecon apoia institucionalmente e financeiramente os Corecons. No entanto, limitações financeiras restringem a participação e patrocínio do Cofecon aos projetos específicos.</p>
<p><b>O Corecon-MS requer a reformulação da resolução que regulamenta e define as sedes para realização dos próximos CBE's, organizando uma comissão com representantes dos Corecons que já realizaram o CBE, seus respectivos coordenadores e ou presidentes.</b></p>	<p>ATENDIDO PARCIALMENTE. Nos termos do Art. 4º e 5º da Resolução nº 1.903/2013, que aprova o Regimento Interno do CBE, o planejamento, promoção e organização operacional do CBE serão de responsabilidade da Comissão Organizadora, estruturada em cinco Comitês: I - Comitê Executivo, integrado, respectivamente, pelos presidentes e vices do COFECON e do</p>

	<p>CORECON onde será realizado o evento; II - Comitê Operacional constituído por funcionários e conselheiros do COFECON e do CORECON sede do evento; III - Comitê Científico, composto por mestres, doutores e especialistas de notório saber; IV - Comitê de Divulgação e Recepção; V - Comitê Financeiro. A Comissão Organizadora do CBE será coordenada pelo presidente do COFECON, dela fazendo parte, na condição de membros, o vice-presidente do órgão federal e o presidente e vice-presidente do Corecon sede. A comissão organizadora tem autonomia para consultar e solicitar a colaboração dos agentes que considerar necessários, incluindo os organizadores das edições anteriores do Congresso.</p>
<p><b>O Corecon-AL sugere que a reunião com os gerentes dos CORECONs (Workshop) seja transferida para o primeiro semestre do ano, em função das atividades do exercício da gestão que se inicia.</b></p>	<p><b>PARCIALMENTE ATENDIDO.</b> O Workshop foi transferido para o primeiro semestre de 2015.</p>
<p><b>O Corecon-PA solicita uma reunião em conjunto com os Presidentes dos Corecons, na qual cada um explanará sobre as experiências de gestão visando a potencialização da gestão no Sistema Cofecon/Corecon.</b></p>	<p><b>ATENDIDO.</b> Duas vezes por ano, são realizadas as Sessões Plenárias Ampliadas com a presença dos Presidentes dos Corecons. Também são realizados os Despachos Executivos com o objetivo de integrar as direções do Cofecon e Corecons.</p>
<p><b>O Corecon-PA reitera o pedido feito na última reunião ampliada realizada em Manaus-AM, para que seja aplicada a anuidade progressiva, bem como tratar sobre a descentralização das decisões sobre concessões de descontos nas anuidades.</b></p>	<p><b>EM ANÁLISE PELA COMISSÃO.</b></p>
<p><b>O Corecon-PA enviou o Ofício nº 030/2014, que reitera pedidos de resposta ao Ofício nº</b></p>	<p><b>ATENDIDO.</b> Solicitação de diligências e providências com relação a atos administrativos e financeiros no</p>

481/2013/Corecon-PA.	CORECON-PA referentes ao exercício de 2006 – Processo nº 12.958/2007. Processo apreciado na 658ª Sessão Plenária do COFECON.
O Corecon-PI solicita uma campanha massiva sobre atividade do economista, iniciando na semana do economista e se estendendo até a realização do ENEM.	<b>ATENDIDO PARCIALMENTE.</b> O Cofecon atua em projetos de divulgação da profissão, a exemplo da Campanha Nacional em Comemoração ao Dia do Economista.
O Corecon-PI solicita apoio do Cofecon na elaboração e no financiamento de cursos de economia à distância.	<b>NÃO ATENDIDO.</b> Limitações orçamentárias e financeiras impedem a participação do Cofecon em projetos desta natureza.
O Corecon-GO sugere a possibilidade de desconto para quem quer pagar os débitos a vista. Sugere o estudo de um programa permanente de recuperação de créditos no qual conste requisitos mínimos para adesão, por exemplo número mínimo de exercícios em débito.	<b>ATENDIDO PARCIALMENTE.</b> O Cofecon tem feito Programas de Recuperação de Créditos com prazos de vigência específicos.
O Corecon-GO solicita revisão de valores de apoio financeiro do Cofecon aos projetos dos Corecons.	<b>NÃO ATENDIDO.</b> Limitações orçamentárias e financeiras impedem a revisão dos valores dos auxílios financeiros, no momento. Porém, o COFECON está estudando possibilidade de revisão dos valores destinados a auxílios para premiações.
O Corecon-AM solicita a prorrogação da vigência do II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no sistema Cofecon/Corecon.	<b>ATENDIDO.</b> A Resolução nº 1.906, de 19 de fevereiro de 2014, prorrogou até 30 de junho de 2014 os efeitos da Resolução nº 1.876, de 28 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da

União de 9 de agosto de 2012, Seção 1, página 147, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos do Sistema Cofecon/Corecon.

## 1.3 - Comissões de Trabalho

### Comissão de Tomada de Contas

Componentes: João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente), Nei Jorge Correia Cardim e José Luiz Amaral Machado (efetivos); Odisnei Antônio Béga, Fabíola Andréa Leite de Paula e Nelson Pamplona da Rosa (suplentes). Interface no COFECON: Antonio Tolentino.

Nas sessões plenárias realizadas em 2014, foram relatados e aprovados diversos processos contábeis que a seguir são citados de forma agregada:

Descrição	Quantidade
Balancetes Trimestrais	81
Prestação de Contas Anual	34
Proposta Orçamentária	32
Reformulação Orçamentária	13
Prestação de Contas de Auxílio Financeiro	23
Avaliação de Controles Internos	2
Total	185

### Comissão de Licitação

Componentes: Júlio Miragaya (Presidente), Lilian de Souza Barbosa e Marília Andrade Rosa (efetivos); Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Susana Souza Oliveira e Danielle Costa Barbosa (suplentes). Interfaces no COFECON: Lilian de Souza Barbosa e Danielle Costa Barbosa.

As informações sobre as licitações realizadas pelo Cofecon compõem o item 2.4 deste relatório.

### Comissão de Planej. Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

Componentes: Antonio Eduardo Poleti (Coordenador), Carlos Roberto de Castro, Celina Martins Ramalho, Francisco Assunção e Silva, Marcelo Martinovich dos Santos, Paulo Salvatore Ponzini e Sebastião Demuner. Interfaces no COFECON: Aline Tales Ferreira Sette e João Carlos de Aguiar Nascimento.

Foram dois os principais trabalhos da Comissão. Um deles tem a ver com a possibilidade de realização de eleições no Sistema Cofecon/Corecon por meio eletrônico, a fim de tornar o processo mais participativo e econômico. A Comissão

entregou a minuta de um termo de referência e edital para que o serviço possa ser licitado.

Outro trabalho, que já se encontra em fase de implantação, foi um módulo web do sistema Siscaf, utilizado para o registro de pessoas físicas e jurídicas nos Conselhos Regionais de Economia. Além de facilitar as consultas, o módulo dá mais segurança à base de dados.

### **Comissão de Educação**

Componentes: Celina Martins Ramalho (Coordenadora), Carlos Roberto de Castro, Eduardo José Monteiro da Costa, Fábio José Ferreira da Silva, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Sebastião Demuner e Valery Maineri König. Interfaces no COFECON: Jane Lopes da Silva, Ana Cláudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira.

A Comissão de Educação foi responsável pela coordenação do Prêmio Brasil de Economia, que compreende cinco categorias: livro de economia; tese de doutorado; dissertação de mestrado; artigo técnico/científico e monografia de graduação. Providenciou a locação do software – disponibilizado gratuitamente aos Corecons - para realização das Gincanas de Economia e organizou com sucesso a quarta edição da Gincana Nacional de Economia, realizada em Goiânia.

### **Comissão de Comunicação e Eventos**

Componentes: Júlio Flávio Gameiro Miragaya (Coordenador), Carlos Roberto de Castro, Celina Martins Ramalho e Erivaldo Lopes do Vale. Interface no COFECON: Manoel Castanho.

Ao longo de 2014, a Comissão de Comunicação trabalhou nos seguintes projetos prioritários: campanha de valorização profissional realizada na Semana do Economista; inserção do Cofecon na mídia; e publicação da revista Economistas.

### **Comissão de Normas e Legislação**

Componentes: Róridan Penido Duarte (Coordenador), Carlos Roberto de Castro, Eduardo José Monteiro da Costa, Erivaldo Lopes do Vale, Francisco Assunção e Silva, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Nei Jorge Correia Cardim. Interfaces no COFECON: Daniel Nunes de Oliveira e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos.

Entre os trabalhos realizados em 2014, destacam-se a resolução 1.909, que contemplou a possibilidade de recebimento dos créditos dos Conselhos Regionais por meio do cartão de débito e de cartão de crédito, o que era demandado pelos Corecons há alguns anos; a inclusão da atividade de consultoria econômico-financeira independente entre as inerentes à profissão de economista; e a atualização do Valor da Hora de Trabalho do Economista. Além disso, diversos normativos do Cofecon foram aperfeiçoados por meio de pequenas alterações.

No âmbito externo, a Comissão tem se empenhado, com respaldo da Presidência e do Plenário, no acompanhamento dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, e que são do interesse dos economistas brasileiros, a exemplo do PLS 658, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

### **Comissão de Fiscalização e Registro Profissional**

Componentes: José Luiz Amaral Machado (Coordenador), Carlos Roberto de Castro, Erivaldo Lopes do Vale, Fabíola Andréa Leite de Paula, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Nelson Pamplona da Rosa, Odisnei Antônio Béga e Valery Maineri König. Interfaces no COFECON: Maria Aparecida Carneiro, Ana Claudia Ramos Pinto e Marcus Vilmon T. dos Santos.

A Comissão atuou em muitos processos em nível de recurso, resultantes da ação de fiscalização dos Corecons. Grande parte deles dizia respeito a registro de pessoas jurídicas, mas também houve muitos pedidos de cancelamento alegando não exercício da profissão – na maioria dos casos, o pedido era rejeitado porque o profissional atuava dentro do campo estabelecido para a profissão de economista.

### **Comissão de Política Econômica e Desenvolvimento Regional**

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador), Carlos Roberto de Castro, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Júlio Miragaya, Róridan Penido Duarte, Roberto Bocaccio Piscitelli. Interfaces no COFECON: Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva.

A Comissão de Política Econômica e Desenvolvimento Regional foi responsável pelas notas oficiais que o Cofecon emitiu em 2014 e também pelos debates de conjuntura econômica realizados por ocasião das Sessões Plenárias. As notas oficiais estão no Item 5 deste Relatório. Os debates realizados foram os seguintes:

<b>DATA</b>	<b>PALESTRANTE</b>	<b>TEMA</b>
<b>30/01</b>	Deputado Cláudio Puty	Reforma Tributária
<b>30/05</b>	Cláudio Hamilton Matos dos Santos (IPEA)	A natureza do déficit público brasileiro
<b>01/08</b>	Rubens Sawaya (Ange) e Roberto Ellery (Anpec)	Um chamado internacional de estudantes pelo pluralismo no ensino de Economia
<b>12/12</b>	Décio Garcia Munhoz	Como retomar o crescimento econômico no quadro de crise mundial, preservando as conquistas sociais

## 1.4 - Auxílios e doações aos Conselhos

Em 2014, foram aprovados pelo Plenário do Cofecon os seguintes auxílios financeiros aos Conselhos Regionais de Economia:

Processo	Interessado	Assunto	Valor Solicitado	Valor Concedido
16.113	Corecon-TO	VII Prêmio de Monografia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.115	Corecon-TO	VIII ENAM	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
16.325	Corecon-GO	XXIV SINCE	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
16.325	Corecon-GO	IV Gincana	R\$ 30.676,00	R\$ 30.676,00
16.393	Corecon-PI	Modernização Tecnológica	R\$ 6.799,32	R\$ 4.291,65
16.392	Corecon-SE	Modernização Tecnológica	R\$ 4.339,50	R\$ 4.339,50
16.438	Corecon-AL	II Prêmio de Estímulo ao Estudante de Economia	R\$ 3.413,84	R\$ 3.413,84
16.468	Corecon-PR	24º Prêmio Paraná de Economia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.475	Corecon-PA	Prêmio Professor Armando Corrêa Pinto 2014	R\$ 3.500,00	R\$ 3.413,84
16.491	Corecon-PI	Prêmio Piauí de Economia 2014	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.495	Corecon-RN	XIV Prêmio RN de Economia	R\$ 3.216,00	R\$ 3.216,00
16.513	Corecon-PR	19º ENESUL	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
16.515	Corecon-RO	Modernização Tecnológica	R\$ 3.099,00	R\$ 3.099,00
16.521	Corecon-ES	XIX Prêmio ES de Economia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.534	Corecon-RN	Modernização Tecnológica	R\$ 4.926,90	R\$ 4.926,90
16.589	Corecon-RO	III Prêmio de Economia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.596	Corecon-GO	IX Prêmio Leopoldo de Bulhões	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.646	Corecon-PR	XXI CBE	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
16.670	Corecon-MA	X Prêmio CORECON-MA de Monografia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.684	Corecon-PE	III EPECON	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.705	Corecon-SE	XVII Prêmio Sergipe de Economia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16728	ANGE	XXIX CONGRESSO NACIONAL DA ANGE	R\$ 10.000,00	R\$ 3.000,00
16.735	Corecon-RS	Prêmio Corecon-RS	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.737	Corecon-DF	Prêmio Corecon-DF- 2014	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16.762	Corecon-SC	X Prêmio Catarinense de Economia	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

## 1.5 - II Programa de Recuperação de Créditos

---

No intuito de reduzir o quadro de inadimplência existente no Sistema Cofecon/Corecon e evitar a prescrição dos créditos, foi instituído no ano de 2012 o II Programa de Recuperação de Créditos, que autorizou os Conselhos Regionais de Economia a promoverem conciliações com os devedores da entidade.

O Cofecon prorrogou até o dia 30 de junho de 2014 a vigência do programa, tendo em vista o êxito obtido por Corecons que aderiram ao mesmo; desta maneira, os economistas que possuíam débitos puderam quitá-los com descontos sobre o valor principal e/ou sobre multa e juros, a critério de cada Corecon.

## 1.6 - Despachos Executivos

---

Um procedimento utilizado em anos recentes na gestão do Sistema Cofecon/Corecon tem sido os despachos executivos. Eles consistem em reuniões de trabalho da presidência do Cofecon, juntamente com sua assessoria, e com os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia.

Nessas reuniões são tratadas ações dinâmicas que ocorrem no sistema, tais como: revisão e atualização do plano de trabalho, rotinas de funcionamento do sistema, agilidade na comunicação e nos encaminhamentos de soluções aos problemas vivenciados. Além disso, os presidentes dos Corecons apresentam suas demandas e experiências de sucesso.

Estes encontros resultam no imediato apoio do Cofecon aos Conselhos Regionais de Economia na solução de problemas específicos que, de algum modo, travam o desenvolvimento das atividades-fim dos Corecons.

### **Em 2014 foram realizados os seguintes encontros:**

#### **Região Norte: 15/05/2014**

Participantes Paulo Dantas da Costa (Cofecon), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Corecon-RO); Ederli Batista de Paulo (Corecon-TO); José Idalécio Sousa Galvão (Corecon-AC); Lana Patrícia dos S. Nunes (Corecon-RR); Maria do Socorro Erculano de Lima (Corecon-TO); Marcus Anselmo da Cunha Evangelista (Corecon-AM); Rosivaldo Batista (Corecon-PA); Vanderci de Oliveira Firmino (Corecon-AP); Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema); e Carlos Roberto de Castro (Assessor do Cofecon).

#### **Região Sul: 07/08/2014**

Participantes: Paulo Dantas da Costa (Cofecon); Leandro Antônio de Lemos (Corecon-RS); Marly Célia Souza de Carvalho (Corecon-SC); Sérgio Guimarães Hardy

(Corecon-PR); Maria de Fátima Miranda (Corecon-PR); e Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema).

#### **Região Centro-Oeste: 04/09/2014**

Participantes: Paulo Dantas da Costa (COFECON); Antônio Eurípedes de Lima (Corecon-GO); Carlos Eduardo de Freitas (Corecon-DF); Carlos Roberto de Castro (Interventor do Corecon-MT); Jorge Tadeu de Barros Veneza (Corecon-MS); Thales de Souza Campos (Corecon-MS); Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema); José Carlos de Godoy Júnior (Superintendente).

#### **Região Centro-Oeste: 19/11/2014**

Participantes: Paulo Dantas da Costa (COFECON); Antônio Eurípedes de Lima (Corecon-GO); Carlos Eduardo de Freitas (Corecon-DF); Carlos Roberto de Castro (Interventor do Corecon-MT); Jorge Tadeu de Barros Veneza (Corecon-MS); Thales de Souza Campos (Corecon-MS); e Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema).

#### **Região Sudeste: 05/12/2014**

Participantes: Paulo Dantas da Costa (Cofecon); Wellington Leonardo da Silva (Cofecon); Antonio de Pádua Ubirajara e Silva (Corecon-MG); Sidney Pascoutto da Rocha (Corecon-RJ); Manuel Enriquez Garcia (Corecon-SP); Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema); e Loir Jorge Vasconcelos de Oliveira (Gerente do Corecon-MG).

### **1.7 - Concurso Público**

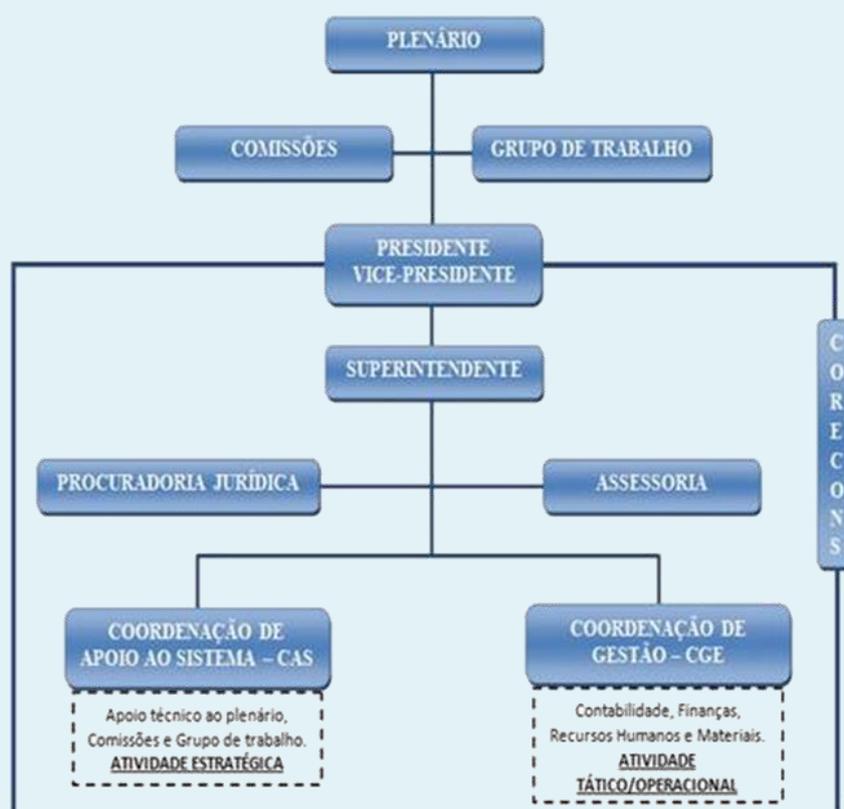
---

O Concurso Público 01/2012, realizado para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no Cofecon e em dezoito Conselhos Regionais de Economia, teve sua validade prorrogada por mais dois anos. O edital de prorrogação foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de outubro de 2014, com validade até a mesma data de 2016.

Além do Cofecon, o concurso abrangeu os seguintes Corecons: 1ª Região (Rio de Janeiro), 2ª Região (São Paulo), 5ª Região (Bahia), 6ª Região (Paraná), 7ª Região (Santa Catarina), 9ª Região (Pará), 11ª Região (Distrito Federal), 13ª Região (Amazonas), 14ª Região (Mato Grosso), 15ª Região (Maranhão), 17ª Região (Espírito Santo), 18ª Região (Goiás), 19ª Região (Rio Grande do Norte), 20ª Região (Mato Grosso do Sul), 21ª Região (Paraíba), 24ª Região (Rondônia), 25ª Região (Tocantins) e 26ª Região (Amapá).

# 2. Conselho Federal de Economia

## 2.1 - A estrutura organizacional



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Procuradoria Jurídica, Superintendência e Coordenação de Apoio ao Sistema e Coordenação de Gestão.

### Procuradoria Jurídica

O Setor Jurídico do Conselho Federal de Economia é responsável pelas demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como representa os interesses do Conselho judicial e extrajudicialmente, seja no âmbito Judiciário, Legislativo, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Outra atividade realizada é a análise de documentos que envolvam matéria jurídica de média ou grande complexidade de caráter opinativo, despachos jurídicos (matérias que envolvem questões jurídicas), elaboração de pareceres e auxílio a outros setores do COFECON, bem como aos Conselhos Regionais de Economia.

Além disso, a Procuradoria Jurídica acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Licitação.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto as Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões e o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o ano de 2014 pelo Setor, destacam-se os seguintes: atuação em todos os processos judiciais que tramitam nas diversas instâncias do Poder Judiciário, tais como 4 (quatro) processos de cancelamento de registro de pessoa física e jurídica no TRF 1ª Região; 3 (três) processos trabalhistas no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e Tribunal Superior do Trabalho; 1 (um) processo de repetição de indébito contra o Banco do Brasil no TRF 1ª Região, bem como acompanhou o andamento de todos os demais processos em que o Conselho Federal de Economia é parte.

Já quanto aos processos éticos disciplinares, a Procuradoria Jurídica analisou 1 (uma) ação oriunda do Conselho Regional de Santa Catarina – CORECON 7ª Região, sobre conflito de competência envolvendo aquele Órgão e o Conselho Regional do Paraná - CORECON 6ª Região.

Quanto aos processos internos do COFECON, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem as licitações do Órgão, quanto os processos administrativos. Foram analisados ao todo 195 (cento e noventa e cinco) processos que dizem respeito aos pedidos de cancelamento de pessoas físicas e jurídicas, remissão de débitos, suspensão de registro e falecimento de economistas; 19 (dezenove) processos que dizem respeito ao exercício ilegal da profissão, 2 (dois) processos que analisaram a aplicação de sanções as empresas contratadas que descumpriram cláusulas contratuais, 29 (vinte e nove) análises de dossiês eleitorais, 2 (dois) processos de homologação de Regimento Interno dos Conselhos Regionais, 29 (vinte e nove) processos de análise de pedidos de apoio financeiros provenientes dos Conselhos, bem como inúmeras consultas formuladas tanto pelos Regionais, quanto pelos demais setores do COFECON. Já os processos que envolveram Licitações e Compras foram analisados durante o ano mais de 68 (sessenta e oito) processos oriundos daquele Setor.

Por fim, vale destacar que a Procuradoria Jurídica do COFECON prestou assessoramento jurídico para diversos Conselhos Regionais, inclusive serviu como órgão auxiliar na intervenção do CORECON/MT.

São lotados na Procuradoria Jurídica os seguintes funcionários: Procurador-Chefe: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos; Advogadas: Susana Souza Oliveira e Marília Andrade Rosa.

## Superintendência

Em agosto de 2014, foi contratado para o cargo de superintendente do Cofecon o economista José Carlos de Godoy Júnior. Economista há 25 anos, Godoy desenvolveu sua carreira no setor privado nas empresas Ambev, JBS Friboi e Marfrig Group.

Dentro das suas obrigações está o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhamento do orçamento e dos projetos do Cofecon; e assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecon.

## Coordenação de Apoio ao Sistema

A Coordenação de Apoio ao Sistema é responsável por prestar apoio administrativo e técnico aos Conselhos Regionais de Economia e ao Plenário do Cofecon, incluindo as Comissões de Trabalho do Cofecon. No ano de 2014, essa coordenação foi responsável pela organização de 7 (sete) Sessões Plenárias, bem como prestou todo suporte administrativo para realização do XX Prêmio Brasil de Economia e IV Gincana Nacional de Economia. Destaca-se o suporte administrativo à Comissão Organizadora do XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia.

Ainda no âmbito da Coordenação de Apoio ao Sistema, foram feitos estudos para a adoção de ferramenta eletrônica para a realização de eleições, com o objetivo de utilizar este sistema já no ano de 2015. Os estudos culminaram com a aprovação da Resolução 1.922, publicada no mês de dezembro.

Outro trabalho importante diz respeito às bases de dados utilizadas para registro dos Economistas. Depois da padronização realizada em 2013, iniciou-se o processo de construção do Cadastro Nacional. Este processo envolveu a preparação de uma estrutura dentro do Cofecon, a prestação de informações aos Corecons e a publicação da Resolução 1.918, disciplinando a construção e utilização da base nacional. Em 2014, 12 Corecons já implementaram o sistema; o objetivo é que os demais o façam em 2015.

Também foi renovado o convênio com o Ministério do Trabalho para utilização dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). A utilização dessa base de dados contribuiu para aumentar a eficiência do processo de fiscalização.

O Setor Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas dos Conselhos Regionais de Economia e distribuir internamente aos setores responsáveis no Cofecon. Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional, solicitações de auxílio financeiro, homologação dos regimentos internos e dossiês eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia. No ano de 2014, o setor foi responsável por responder 568 (quinhentas e sessenta e oito) questionamentos e dúvidas dos Corecons, sendo 416 (quatrocentas e dezesseis) consultas de endereços de economistas por meio de acesso ao banco de dados do SERPRO – Receita Federal.

São lotados na Coordenação de Apoio ao Sistema os seguintes funcionários: Coordenadora: Aline Tales Ferreira Sette; Secretaria: PST – Assistente Administrativo: Lilian de Souza Barboza, PSA – Auxiliar Administrativo: Edna Barroso Machado, Alexandre Café Rodrigues, Jane Lopes da Silva; Atendimento aos Regionais: PST – Assistente Administrativo: Ana Claudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira; Setor Técnico: PAE – Economista: Maria Aparecida Carneiro; Imprensa: Assessor de Imprensa: Solon Dias, PAE – Jornalista: Manoel Castanho.

## **Coordenação de Gestão**

A Coordenação de Gestão tem, dentre suas atribuições, a função de participar interativamente no processo de planejamento das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais, relativamente à gestão administrativa e financeira do Cofecon e dos Corecon's. Integram a Coordenação de Gestão os Setores de Compras e Licitações e Tecnologia da Informação, cujas principais atividades realizadas no exercício de 2014 estão descritas nos seguintes itens deste relatório: 2.2 - Processamento de informações e 2.4 Compras e Licitações.

Integra também a Coordenação de Gestão o Setor de Contabilidade, responsável pela contabilidade interna do Cofecon, bem como por prestar suporte à Comissão de Tomada de Contas, a qual analisou 185 (cento e oitenta e cinco) processos no exercício de 2014, conforme demonstrado no item 1.3 deste relatório.

São lotados na Coordenação de Gestão: Coordenador: João Carlos de Aguiar Nascimento; Setor de Compras e Licitações: PST – Assistente Administrativo: Danielle Costa Barbosa; Setor de Recursos Humanos: PST – Assistente Administrativo: João Henrique Vieira Costa; Setor de Contabilidade: PAE – Contador: Antônio Tolentino; PST – Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza Barbosa; Setor de Tecnologia da Informação: Assessor de Tecnologia da Informação: Fernando Athaide N. Filho e PST – Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo.

## **2.2 - Processamento de informações**

---

Uma das frentes de trabalho do setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon diz respeito ao hardware. Em 2014, foram adquiridas oito novas estações de trabalho a fim de manter atualizados os equipamentos de uso dos colaboradores. Além disso, foi contratada uma nova empresa de fornecimento de impressoras e o Conselho passou a contar com equipamentos mais eficientes.

Outra frente de trabalho foi a segurança de dados. Após a realização de entrevistas com todos os colaboradores a fim de coletar informações necessárias, foi elaborada uma política de segurança que resultou, entre outras medidas, na alteração

das normas vigentes nos servidores, serviços e sistemas de informática utilizados pelo Cofecon.

Além disso, foram desenvolvidas outras tarefas integradas à rotina e aos projetos do Cofecon, tais como: manutenção de equipamentos de suporte à rede, sistemas, banco de dados e softwares de confecção das carteiras de economista; apoio e especificação de equipamentos para a implantação do sistema SiscafWeb; elaboração de especificações técnicas para licitação de software e hardware; apoio ao projeto de eleições eletrônicas; criação do Software Patrimonial; e apoio, teste de software e confecção de material para o Prêmio Brasil de Economia, Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia e Gincana Nacional de Economia.

## 2.3 – Principais Indicadores do Cofecon

Indicadores	2011	2012	2013	2014	Var.11/14
E C V	45.503	45.219	44.169	43.807	-4%
Reserva Financeira	1.883.068	1.918.087	1.745.829	2.004.189	6%
Receita Total	4.739.970	4.713.550	4.640.612	5.078.988	7%
-> Receita Transf.	4.441.991	4.488.317	4.456.874	4.798.033	8%
-> Receita Financ. (Aplicação em CDB)	297.979	225.233	183.738	280.956	-6%
Despesa Total	4.680.526	4.693.930	4.801.391	4.767.984	2%
Pessoal	1.531.500	1.765.744	1.981.940	2.104.384	37%
Diárias	585.938	448.055	379.504	406.290	-31%
Passagens	755.357	486.290	382.957	394.644	-48%

O número de Economistas em Condições de Voto (ECV) vem tendo uma queda desde 2011, com uma redução de 0,82% em relação 2013/2014 e de 4% na comparação 2011/2014.

### Economistas em Condição de Voto - 2011 a 2014

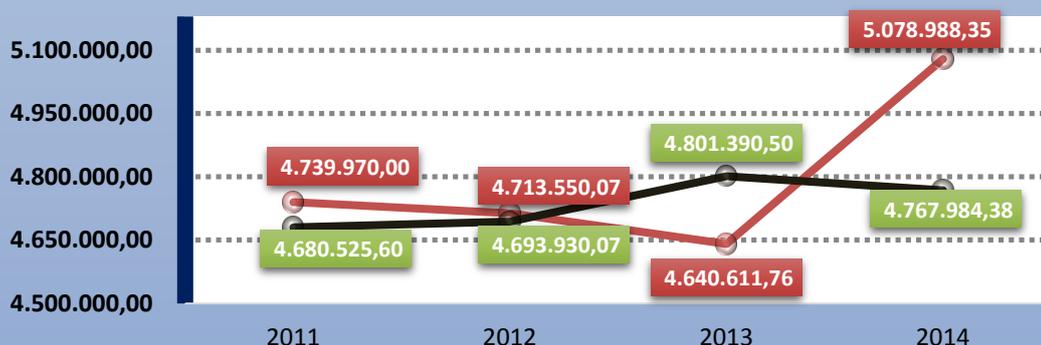


Destaque para a receita total, composta pelas receitas de transferências e a receita de aplicação sobretudo em CDB, onde obtemos o primeiro aumento desde 2011 na variação de 9,45% na comparação 2013/2014 e aumento de 7,15% quando comparando 2011 a 2014.

A despesa nominal em 2014 registrou uma queda em relação a 2013 de 0,7% e um pequeno aumento em relação a 2011 de 1,87%, mas bem abaixo do INPC (19,06%).

Em 2014 o Cofecon apresentou uma receita de R\$ 5.078.988,35 contra uma despesa de R\$ 4.767.984,38. O gráfico abaixo apresenta o comportamento das receitas e das despesas, em valores nominais. Nos últimos anos, atingimos o maior superávit (receita menos despesa) de todo esse período (2011 a 2014) no valor de R\$311.004,00.

### Receita e Despesa Total



O quadro seguinte mostra o comportamento mais detalhado das despesas nos últimos anos, com o aumento para as despesas de pessoal, justificado pela implantação do novo plano de cargos e salários a partir de setembro de 2012; e a grande performance para os itens de diárias e passagens aéreas, que no comparativo 2011 a 2014, apresentou uma incrível redução de 31% e 48% respectivamente.

Pessoal	<b>1.531.500</b>	<b>1.765.744</b>	<b>1.981.940</b>	<b>2.104.384</b>	<b>37%</b>
Diárias	585.938	448.055	379.504	406.290	-31%
Passagens	755.357	486.290	382.957	394.644	-48%
Desp. Informática	271.972	262.270	293.779	309.283	14%
Desp. Bancária	173.666	198.767	196.336	83.038	-52%
Plano de Saúde	118.413	156.455	194.747	189.686	60%
Telef. + Internet	67.660	71.226	74.489	57.388	-15%
Fonte: Prestação de Contas do COFECON e Relatório ADE					

Outro destaque positivo foram as despesas bancárias, com uma forte redução de 52% em comparação a 2011.

Sobre as despesas com Informática, houve em 2013/2014 o aumento contratual de 5,28% e uma grande redução em nossas comunicações nas contas telefonia móvel, fixa e internet, redução de 15% em relação a 2011 e 23% em relação a 2013.

Tivemos aumento do plano de saúde devido a ajustes no perfil da carteira e uma negociação com o fornecedor que proporcionou um ajuste mais forte nesse item.

### Evolução do saldo financeiro

Em dezembro de 2014, o Cofecon possuía um saldo financeiro de R\$ 2.004.189,10 o que significa um acréscimo de 14,80% em relação ao saldo do exercício anterior financeiro de 2013, em valores nominais.



## Aspectos das receitas

As receitas do Cofecon, em sua quase totalidade, são originárias da cota-parte proveniente dos Corecons, a qual corresponde a 20% do total por eles arrecadado. No quadro abaixo, verifica-se a receita proveniente de cada Corecon, bem como sua participação na arrecadação do Cofecon.

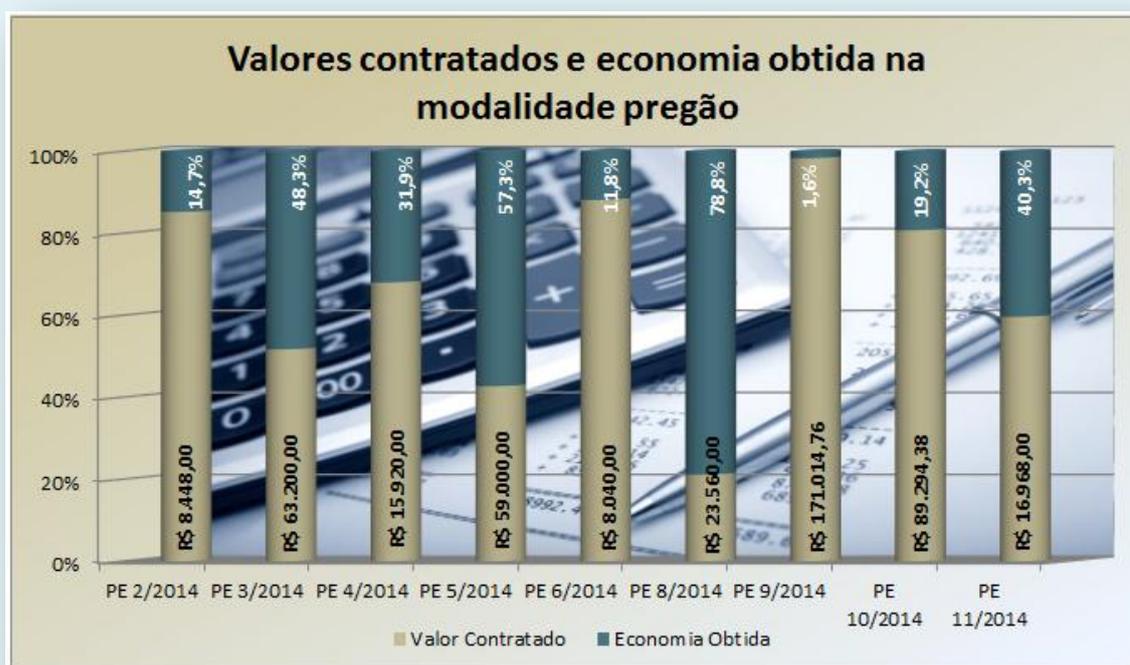
CORECON	Participação no total	Arrecadação
2ª Região - SP	28,44%	1.348.296,76
1ª Região - RJ	18,55%	879.604,17
10ª Região - MG	6,55%	310.493,86
4ª Região - RS	5,84%	276.968,71
6ª Região - PR	5,75%	272.629,75
11ª Região - DF	4,86%	230.592,35
5ª Região - BA	4,51%	213.715,07
9ª Região - PA	2,80%	132.597,08
3ª Região - PE	2,79%	132.262,37
7ª Região - SC	2,13%	100.766,03
13ª Região - AM	2,08%	98.819,85
18ª Região - GO	1,83%	86.683,72
8ª Região - CE	1,65%	78.370,94
19ª Região - RN	1,58%	75.130,14
14ª Região - MT	1,51%	71.504,81
20ª Região - MS	1,48%	70.221,98
17ª Região - ES	1,15%	54.508,43
15ª Região - MA	0,90%	42.446,95
22ª Região - PI	0,86%	40.722,99
21ª Região - PB	0,84%	40.033,98
16ª Região - SE	0,82%	38.816,68
24ª Região - RO	0,73%	34.388,35
12ª Região - AL	0,63%	30.031,35
23ª Região - AC	0,62%	29.437,77
25ª Região - TO	0,55%	26.086,51
27ª Região - RR	0,29%	13.838,79
26ª Região - AP	0,25%	11.725,29
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.740.694,68</b>

## 2.4 - Compras e Licitações

O Conselho Federal de Economia, Autarquia Pública Federal criada pela Lei 1.411/1951, está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Neste exercício, todas as suas despesas correntes e de capital foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2014	VALOR CONTRATADO
Dispensas de Licitação	R\$ 212.159,31
Inexigibilidades de Licitação	R\$ 70.000,00
Pregão	R\$ 455.445,14
<b>Total de contratações em 2014</b>	<b>R\$ 707.604,45</b>

Nos certames cuja modalidade foi Pregão, é possível mensurar a economia gerada se comparados os valores estimativos aos valores de adjudicação. A seguir é apresentado o gráfico que demonstra esse fato.



## 2.5 - Obtenção de uma nova sede

Depois de alguns anos de tratativas, o Conselho Federal de Economia finalmente terá uma nova sede. No dia 25 de fevereiro, o termo de cessão foi assinado pelo presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, e pelo Superintendente de Patrimônio da União (SPU) no Distrito Federal, Sergio Antônio Gonçalves. O imóvel

cedido ocupa todo o 12º andar do edifício Palácio do Comércio - onde o Cofecon tem sua sede no 5º andar. De acordo com o termo, o Conselho se compromete a realizar as reformas necessárias no imóvel cedido.

As tratativas foram iniciadas em 2011, quando o então presidente Waldir Pereira Gomes procurou o conselheiro federal Júlio Miragaya para articular com a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) a possibilidade da cessão de um imóvel para construir uma nova sede. Em 2012, foi iniciado junto à SPU um processo de identificação de novas áreas disponíveis. No ano seguinte, surgiu como possibilidade o 12º andar do edifício Palácio do Comércio, cedido ao Senado Federal. A articulação realizada pelo Cofecon logrou êxito e, no dia 28 de janeiro de 2014, a superintendente nacional da SPU, Cassandra Nunes, informou que o imóvel estava disponível.

Ao longo de 2014, foi definido o novo *layout* do escritório do Cofecon; atualmente o projeto encontra-se em fase de licitação para a realização da reforma, com previsão de conclusão em 2015.

## **2.6 - Acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional**

---

O acompanhamento de projetos de lei de interesse da categoria no Congresso Nacional é realizado por meio de assessoria parlamentar especializada, que presta, dentre outros, os seguintes serviços:

- pesquisa e levantamento de todos os projetos de lei de interesse do Cofecon;
- definição, juntamente com o Cofecon, dos projetos de lei que afetam o Conselho, os que afetam os economistas e os que são de interesse temático da profissão.

Na Câmara dos Deputados, registra-se o PLP 200/1989, que dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos da Diretoria e Presidência do Banco Central do Brasil. Entre os PLPs apensados, dois preveem a indicação pelo Conselho Federal de Economia de um membro para compor o Conselho Monetário Nacional: PLP 67, de 1995, e o PLP 261, de 2007.

No Senado Federal, cabe destacar o PLS 658/2007 que altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de economista. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e esteve em pauta no dia 14 de maio de 2014, mas um pedido de vistas do Senador José Agripino Maia fez com que ele não fosse apreciado. Maia ainda requereu a realização de uma audiência pública para ouvir economistas e administradores acerca dos pontos em que ambas categorias divergem. Os projetos acompanhados pelo Cofecon encontram-se no quadro abaixo:

PROJETO	EMENTA
<b>PEC 329/2013</b>	Altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.
<b>PL 5680/2013</b>	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.
<b>PLP 221/2012</b>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
<b>PL 3687/2012</b>	Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País. Acrescenta o instrumento original de transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão e fusão para fins de andamento do processo de pedido de arquivamento ou extinção das empresas e autoriza convênio com os Conselho Regionais de Contabilidade para que os contabilistas efetuem a inscrição de entidades no CNPJ, bem como exame e guarda de documentos.
<b>PL 3661/2012</b>	Altera a Lei nº 7394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas; revoga dispositivos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002; e dá outras providências.
<b>PL 3399/2012</b>	Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, e da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, que dispõe sobre o procedimento tributário administrativo e dá outras providências.
<b>PL 509/2011</b>	Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados em alimentação escolar.
<b>PL 2219/2011</b>	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA).
<b>PL 3427/2008</b>	Acrescenta à CLT o art. 818-A, altera os arts. 195 e 790-B e revoga

	os §§ 1º, 2º e 3º do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-A, para dispor sobre ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelecer critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita.
<b>PL 118/2011</b>	Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Será prestada à parte, assistência judiciária, independentemente de possuir algum bem.
<b>PL 2664/2011</b>	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.
<b>PLP 399/2008</b>	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.
<b>PLP 483/2009</b>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Autoriza a adesão ao Simples Nacional de todas as microempresas e empresas de pequeno porte.
<b>PL 2245/2007</b>	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.
<b>PL 4891/2005</b>	Regula o exercício das profissões de Árbitro e Mediador e dá outras providências.
<b>PL 2579-E/1992</b>	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.
<b>PL 4953/1990</b>	Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, as prerrogativas profissionais e dá outras providências. Consagra ao contabilista, o dia 25 de abril e transforma o atual curso de técnico em contabilidade em curso de técnico em escrituração contábil.
<b>PL 6025/2005</b>	Acrescenta parágrafo único ao art. 666 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispondo sobre a impossibilidade de dissensão do credor à nomeação do devedor como depositário dos bens penhorados, nas execuções judiciais em que a penhora recair sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas. Dá preferência ao próprio devedor para ser nomeado depositário, em se tratando de penhora de máquinas e implementos agrícolas.

<b>PLP 200/1989</b>	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil. Regulamenta o disposto no art. 192, inciso V, da Constituição Federal de 1988.
<b>PL 600/2011</b>	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.
<b>PLC 13/2013</b>	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.
<b>PLS 131/2013</b>	Altera a Lei nº 9.249/1995, que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para permitir a dedução em dobro do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, as despesas operacionais com salários e encargos sociais de empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos.
<b>PLS 193/2013</b>	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.
<b>PLC 15/2007</b>	Institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências. O PLC 15 foi apresentado na Câmara dos Deputados onde tramitou com o nº PL 4711/2004. Aprovado na CD, foi remetido ao Senado Federal.
<b>PLS 236/2012</b>	Reforma do Código Penal Brasileiro. Entre os apensados está o PLS 55, de 2006, que “Altera a art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências”.
<b>SCD 166/2010</b>	Estabelece o novo Código de Processo Civil, dividido em parte geral e parte especial. Na parte geral, compõe-se dos seguintes livros: I - das normas processuais civis; II - da função jurisdicional; III - dos sujeitos do processo; IV - dos atos processuais; V - da tutela antecipada, e VI - formação, suspensão e extinção do processo. Na parte especial, dos livros: I - do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença; II – do processo de execução, e III – dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões

	judiciais, além de um livro complementar: das disposições finais e transitórias. Revoga a Lei nº 5.968/73 (atual Código de Processo Civil). Prevê sua entrada em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação oficial.
<b>PLS 166/2010</b>	Reforma do Código de Processo Civil.
<b>PLS 658/2007</b>	Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.
<b>PLS 467/2008 - Complementar</b>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional
<b>PLS 487/2013</b>	Altera o Código Comercial, que passa a ser dividido em três partes: I) Parte Geral, composta dos seguintes títulos: a) Do Direito Comercial; b) Da Pessoa do Empresário; c) Dos Bens e da Atividade do Empresário; d) Dos Fatos Jurídicos Empresariais; II) Parte Especial, que disciplina os seguintes temas: a) Das Sociedades; b) Das Obrigações dos Empresários; c) Do Agronegócio; d) Do Direito Comercial Marítimo; e) Do Processo Empresarial; III) Parte Complementar, que contém as disposições finais e transitórias.
<b>PLS 55/2006</b>	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências.



# 3. O Sistema e a Mídia

## 3.1 - Revista Economistas



A revista Economistas manteve sua tiragem de 10 mil exemplares, mas trouxe novidades. Na forma, uma nova diagramação buscou aproveitar melhor os espaços de cada página, além de facilitar a leitura e manter uma distribuição espacial que facilite a busca pelas informações. A decisão de contar com mais conteúdo técnico permitiu uma maior ênfase nos artigos de economistas.

Em 2014 foram lançadas duas novas edições da revista. A publicação número 14 teve como tema um debate sobre os fluxos de capitais no Brasil; já a 15ª contou com um debate sobre a economia do país no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Além da circulação em papel, ela encontra-se disponível em meio eletrônico no *site* do Cofecon, com links para todas as edições publicadas até hoje.

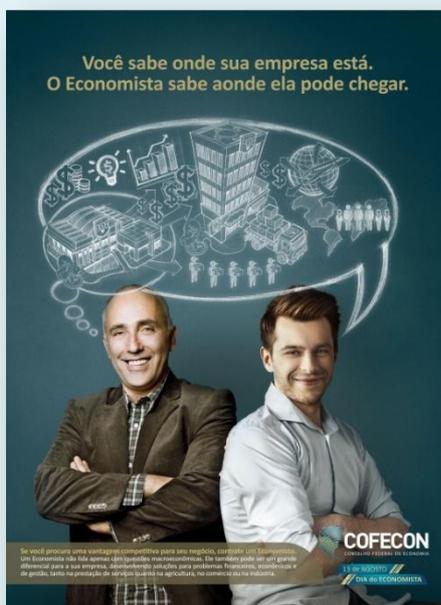
## 3.2 - Campanha do Dia do Economista

Na primeira quinzena de agosto foi realizada a Campanha Institucional em Comemoração ao Dia do Economista. O tema escolhido para 2014 foi: “Você sabe onde sua empresa está. O Economista sabe aonde ela pode chegar”.

Além de mídia televisiva e radiofônica, foram criadas artes de anúncio em revista, cartazes, banner e e-mail marketing. As peças foram enviadas aos Corecons para a realização da Campanha em âmbito regional.

Foram veiculados anúncios nos seguintes veículos de comunicação:

- Anúncio televisivo em canais fechados (Band News nos dias 9 a 16 de agosto; Record News nos dias 10 a 16 de agosto; e Globo News nos dias 11 a 13 de agosto);
- Anúncio de rádio, veiculado nas rádios Nacional (11 a 13 de agosto), CBN e Band News (12 e 13 de agosto);
- Anúncio em portais de economia na internet (Epoca Negócios e Estadão Economia e Negócios de 10 a 16 de agosto; Folhainvest de 11 a 15 de agosto);
- Cartazes, folders, banners e *e-mail marketing*.



# 4. Eventos

## 4.1 - Reunião de trabalho para discussão do PLS 658/07

---



Na manhã de 20 de fevereiro um grupo de economistas, composto pela presidência do Cofecon, por integrantes da Comissão de Educação e por representantes de vários Conselhos Regionais de Economia, teve uma reunião de trabalho em Brasília para discutir os rumos do Projeto de Lei do Senado 658/07, que atualiza a legislação profissional do economista.

Na ocasião, foram prestados esclarecimentos quanto à redação dada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ao parágrafo único do artigo 16, que diz respeito ao registro. A maioria dos presentes concordou com a redação dada.

## 4.2 - Conselho de Economia da FIESC

---

O presidente Paulo Dantas da Costa e os conselheiros federais catarinenses representaram Cofecon na reunião do Conselho de Economia da Fundação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), realizada no dia 19 de março. Na ocasião foi apresentado um estudo da Universidade do Extremo Sul Catarinense mostrando os setores que mais têm impacto sobre a economia do município de Criciúma com base no valor da produção.

No encontro, professores da Unoesc de Chapecó falaram sobre as ações do Fórum de Desenvolvimento para a região Oeste de Santa Catarina, iniciativa da FIESC em parceria com outras entidades. O Fórum trabalha por melhores condições de infraestrutura naquela região.

## 4.3 - IV Simpósio dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas

---

O Fórum dos Conselhos Federais de Profissões regulamentadas promoveu nos dias 3 e 4 de abril, em Pirenópolis, o IV Simpósio dos Conselhos Federais de Profissões

Regulamentadas. O evento reuniu os dirigentes de Conselhos para refletir e tomar decisões conjuntas frente às políticas que interferem na regulamentação profissional.

Entre os temas do simpósio, destacaram-se o debate sobre a redefinição da natureza jurídica dos Conselhos, ações e encaminhamentos de integração e fortalecimento, possibilidades de espaços de diálogos entre os Conselhos e o estabelecimento de estratégias de socialização das atividades de proteção da sociedade.

O Conselho Federal de Economia esteve presente com o presidente Paulo Dantas da Costa e o vice-presidente Wellington Leonardo da Silva.

#### **4.4 - Inauguração da nova sede do Corecon-MS**

---



A diretoria do Corecon-MS realizou no dia 25 de abril a inauguração de sua nova sede, em Campo Grande. O dia foi marcado por várias solenidades e contou com a presença de autoridades políticas e econômicas, entre elas o presidente do Cofecon, Paulo Dantas e o presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, Manuel Enríquez García.

O presidente do Corecon-MS, Jorge Tadeu de Barros Veneza, falou sobre a importância de uma nova sede para a classe. “Nós vislumbramos um espaço que atendesse as necessidades dos economistas e dos acadêmicos do Estado e estamos colocando esse sonho em prática. O conselho passa a oferecer apoio à classe, com espaços destinados aos segmentos”, afirma o presidente, ao ressaltar a instalação de um mini auditório para capacitações, uma sala para o Corecon acadêmico, biblioteca e a sala de homenageados.

Ao prestigiar a inauguração, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, aproveitou para conhecer o município e fazer elogios. “A cidade é ótima, muito bem planejada e com uma qualidade de vida animadora. Além disso, os economistas daqui estão de parabéns, conseguiram fazer uma sede bonita, organizada e que atende as necessidades da classe”.

## 4.5 - Reunião com diretor do Banco Central

---

O presidente do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas da Costa, se reuniu no dia 04 de junho com o diretor de relacionamento institucional e cidadania do Banco Central, Luiz Edson Feltrim. Ambos discutiram a possibilidade de um acordo de cooperação técnica entre o Cofecon e o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef). Também participaram do encontro o presidente do Corecon-DF, Carlos Eduardo de Freitas, e a procuradora Marusa Vasconcelos Freire.



Feltrim falou sobre vários programas e iniciativas do Banco Central na área de educação financeira - inclusive mencionando que o Brasil recebeu um prêmio na Organização das Nações Unidas (ONU). "Só no ano passado nós apoiamos 54 eventos de educação financeira", afirmou o diretor, ao convidar o Cofecon para participar da Semana de Educação Financeira que será realizada em março de 2015.

Já o presidente do Cofecon falou sobre a importância da educação financeira num contexto em que o aumento da renda formou uma nova classe média. "Essa mudança de classe social foi a mudança mais importante da economia brasileira nos últimos anos. As pessoas têm mais acesso ao crédito".

O Conef é o comitê responsável por definir planos, programas e ações e por coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) - criada pelo decreto 7.397 de 2010 com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária.

## 4.6 - Defesa das prerrogativas profissionais do Economista

---

O Cofecon esteve empenhado na defesa das prerrogativas profissionais do Economista e, para tal, várias atividades foram realizadas. No dia 21 de março o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, e o vice-presidente da Federação Nacional dos Economistas, Edson Roffé, reuniram-se com o Diretor de Análise e Reestruturação do Banco da Amazônia, Nilvo Reinoldo Fries, para discutir a exclusividade dos economistas na elaboração de projetos econômicos e financeiros, a exigência da Anotação de Responsabilidade Técnica e a publicação da lista de projetistas habilitados no site do Banco. Uma delegação do Corecon-PA também esteve presente.

No dia 24 de abril o Cofecon e a Fenecon voltaram a reunir-se para discutir ações conjuntas junto a instituições bancárias. Da mesma maneira, discutiu-se a

questão dos estudos de viabilidade feitos por técnicos da Infraero sem a presença de economistas - situação que vem sendo acompanhada pela fiscalização do Corecon-DF.

No dia 03 de junho, Dantas reuniu-se em Curitiba com o diretor-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Jorge Gomes Rosa Filho. Na ocasião, Dantas defendeu a participação dos economistas na elaboração de projetos que buscam financiamento do banco, além da exigência da Anotação de Responsabilidade Técnica. Também estiveram presentes o conselheiro federal Odisnei Béga e representantes da Fenecon e do Corecon-PR.

Já no dia 03 de julho, o vice-presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se com o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Lindolfo Neto de Oliveira Sales, para defender a abertura de vagas para economistas nos cargos cujo conteúdo programático contemple as áreas de economia e finanças. Cerca de 40 mil profissionais trabalham no órgão.

## 4.7 - XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

---



O XXIV Simpósio Nacional de Conselhos de Economia (SINCE) foi realizado de 03 a 06 de setembro em Goiânia. O evento teve como tema “Por um projeto de nação: Política Econômica, Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional”.

O presidente do Cofecon, economista Paulo Dantas da Costa, lamentou o fato de a economia brasileira não ter aproveitado a revolução tecnológica ocorrida em todo o mundo na década de 1970. "E parece que agora, com as inovações mais recentes, o país ainda não mostrou bom resultado".

Durante o evento, os economistas participaram de três grupos de trabalho, cujos temas foram: Formação, aperfeiçoamento profissional e mercado de trabalho do Economista; Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecon; e Estrutura e conjuntura econômica, política e social do Brasil.

Dantas ficou especialmente satisfeito com os resultados do encontro e mencionou o alto nível da organização. “Falo com muito prazer a respeito desde SINCE. Já perdi a conta de quantos participei. Mas este foi realizado com o maior sucesso. Nossos colegas de Goiás, especialmente na pessoa do anfitrião (o presidente do Corecon de Goiás, Antônio Eurípedes), realizaram um evento que esteve à altura dos economistas do Brasil. Tivemos oportunidade de discutir assuntos que são do

estreito interesse dos economistas e em especial das entidades que representam os profissionais no país".

## 4.8 - XX Prêmio Brasil de Economia

---

Na noite de abertura do XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia foi realizada a entrega do XX Prêmio Brasil de Economia. Concorreram trabalhos acadêmicos em cinco diferentes categorias: monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de economia. Ao todo, foram entregues R\$ 48 mil em prêmios, sendo que os maiores – de R\$ 6 mil – foram para os economistas David Ferreira Carvalho, primeiro colocado na categoria livro; e Admir Antônio Betarelli Junior, primeiro lugar na categoria tese de doutorado.

## 4.9 - IV Gincana Nacional de Economia

---

Um evento realizado em Goiânia de forma paralela ao XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia foi a quarta edição da Gincana Nacional de Economia. Durante dois dias, estudantes competiram entre si medindo conhecimentos num jogo eletrônico que simula a utilização de variáveis macroeconômicas. Ao todo, foram 27 duplas inscritas.



Na grande final, os paulistas Mariana Furtado Boreli e Rafael Lima Batista, FEA/Ribeirão Preto venceram os capixabas André Luiz de Oliveira Sacani e Vítor Santos Araújo, da UFES. O terceiro lugar ficou com Filipe Gomes Pimentel e Bruna Araújo Aleixo, da Universidade Católica de Pernambuco.

A entrega dos prêmios foi realizada durante a solenidade de encerramento do XXIV SINCE. Os primeiros colocados receberam prêmios de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente, sendo estes valores divididos entre os integrantes da dupla.

## 4.10 - Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano

---

Durante a abertura do XXIV Simpósio Nacional de Conselhos de Economia, o Conselho Federal de Economia (COFECON) entregou os prêmios Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano – este último engloba as categorias Academia, Desempenho Técnico e Imprensa. A entrega foi feita pelo presidente do COFECON, Paulo Dantas da Costa.

O vencedor na categoria Personalidade Econômica do Ano foi o professor Wilson Cano, doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas



(Unicamp). Logo após receber a honraria, fez duras críticas à maneira como a economia está sendo conduzida no país. Ele entende o prêmio que recebeu como o reconhecimento do “livre direito à crítica”, mas cobrou maior combatividade por parte dessa mesma crítica.

O prêmio Destaque Econômico do Ano, categoria Academia, foi para a Universidade Estadual de Campinas. Bruno Martarello de Conte, coordenador do curso de Ciências Econômicas da instituição, afirmou que a premiação veio “em um momento muito especial” pelo aniversário de 50 anos do curso, completados em 2014.

Na categoria Desempenho Técnico, o ganhador foi o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Seu presidente, Sergei Suarez Dillon Soares, mostrou a importância das análises feitas pelo instituto, mas ressaltou o valor que outros segmentos têm para a economia como um todo e para o próprio trabalho da instituição que representa.

Na categoria Imprensa, o prêmio coube ao jornal Valor Econômico. Cláudia Safatle, uma das fundadoras do veículo e diretora da sucursal de Brasília, deu toque emocional ao evento afirmando que estava “em solo conhecido”, por ser nascida em Catalão, a 250 quilômetros de distância do local onde foi entregue o prêmio.

#### **4.11 - Encontro dos Economistas da Amazônia Legal (ENAM)**

---

O Conselho Regional de Economia do Tocantins realizou nos 15 e 16 de maio, em Palmas, o VIII Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal (ENAM). O tema do evento foi Economia Sustentável e Infraestrutura da Amazônia.

Durante os dois dias do Encontro, os participantes discutiram questões relacionadas ao desenvolvimento da região Norte. Houve mesas redondas sobre temas mais específicos, como energia e logística. A palestra de abertura foi do economista Dércio Garcia Munhoz, que falou sobre os impasses da economia brasileira e suas implicações regionais.

#### **4.12 - Encontro de Economistas da região Sul (Enesul)**

---

Nos dias 07 e 08 de agosto de 2014 o Corecon-PR realizou o XIX Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul). O evento aconteceu em Curitiba e contou com eventos paralelos - entre eles, o 3º Encontro Paranaense de Economistas e Estudantes de Economia (EPECO).

No âmbito do Enesul, os temas discutidos foram 2015 como ano de ajustes e o papel da região Sul frente à desaceleração da economia chinesa. Já no Epeco, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, participou como debatedor no painel sobre o futuro da profissão de economista.

## 4.13 - Seminário com Assessores Econômicos dos Presidenciáveis

---



No dia 18 de setembro foi realizado em Brasília o seminário "Programas Econômicos em Debate: Propostas dos Presidenciáveis 2014". O evento contou com a presença de economistas, jornalistas e demais interessados e teve a participação dos assessores econômicos de quatro partidos: Rodrigo Ávila (PSOL), Mansueto Almeida (PSDB), Bernardo Santoro (PSC) e José Antonio Sant'Ana (PSB). O evento foi realizado pelo Corecon-DF com o apoio do Cofecon e da Associação Comercial do Distrito Federal.

Em horários separados, cada um dos assessores teve 15 minutos para fazer uma breve explanação das principais ideias econômicas da candidatura, respondendo em seguida a seis perguntas antecipadamente elaboradas e entregues a eles. Depois disso, houve um tempo de 45 minutos para perguntas da imprensa e do público interessado. O debate também foi transmitido via internet, pela TV Economista, atingindo um pico de mais de 1.100 acessos.

O representante do Cofecon - que apoiou a iniciativa do Conselho Regional-, economista Júlio Miragaya, saudou os presentes com uma explanação sobre a conjuntura econômica. Miragaya destacou aspectos como o desafio do crescimento que o país vai enfrentar nos próximos quatro anos, "sem abrir mão das conquistas sociais, levando em conta o cenário de crise internacional".

## 4.14 - 50 anos do Corecon-PR

---

No dia 24 de outubro o Conselho Regional de Economia do Paraná promoveu a solenidade comemorativa aos 50 anos de atuação. Para celebrar este momento histórico, o Conselho homenageou os ex-presidentes da Entidade, em especial o economista Luiz Fayet, que foi o primeiro a presidi-la.

O evento contou com a presença do presidente do COFECON, Paulo Dantas e de seu vice, Wellington Leonardo da Silva, que visitaram a entidade para discutir os preparativos para a realização do Congresso Brasileiro de Economia, em 2015, em Curitiba.

## 4.15 - Debate sobre auditoria da dívida pública

---

Na manhã de 05 de novembro ocorreu na Universidade de Brasília um debate sobre a realização de uma auditoria da dívida pública. O evento contou com uma

palestra da auditora Maria Lucia Fattorelli, coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida. O Cofecon se fez presente com o conselheiro federal Júlio Miragaya.

Miragaya questionou se a redução de gastos com a dívida pública, apresentada num gráfico, envolvia apenas dívida externa ou também dívida interna. Fattorelli respondeu que eram apenas gastos com dívida externa. "Mas é um processo muito parecido, idêntico ao que ocorre com a dívida interna brasileira".

#### **4.16 - X Encontro de Economistas do Centro-Oeste (Eneoeste)**

---

Nos dias 19 a 21 de novembro de 2014 foi realizado o X Encontro dos Economistas da Região Centro-Oeste (Eneoeste). O evento teve lugar em Campo Grande e contou com a presença de várias autoridades locais. Na cerimônia de abertura houve uma homenagem ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Também foi dada posse ao conselho de "Economistas Notáveis" do estado e ao "Corecon Jovem". A palestra de abertura foi de Olivier Sylva e a de encerramento do presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa.

O evento tratou de questões que influenciam na integração e desenvolvimento dos Estados e municípios do Centro-Oeste, como transporte e logística, legislação tributária, desenvolvimento industrial, exportação e outros diretamente relacionados à atuação do profissional de economia na região.

#### **4.17 - IV Encontro de Economistas da Região Sudeste**

---

Nos dias 04 e 05 de dezembro foi realizado em Belo Horizonte o IV Encontro de Economistas da Região Sudeste (Enesud). O evento mobilizou economistas, acadêmicos, empresários, pesquisadores e estudantes em torno de debates relevantes para a categoria. A renovação dos currículos de Economia, com a inclusão de programas mais plurais, foi um dos destaques do encontro, que teve entre os palestrantes o ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Mauro Borges Lemos e o embaixador Samuel Pinheiro.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Após debate sobre os Impasses da Reforma Tributária no Brasil, realizado durante a Sessão Plenária deste 31 de janeiro de 2014, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) torna público o seu posicionamento institucional pela necessidade iminente do Brasil avançar com celeridade nesta discussão. Institucionalmente defendemos que este processo colabore para o fortalecimento do pacto federativo, combata a injustiça tributária no país, resolva o problema da Guerra Fiscal, avance na discussão do Supersimples e estabeleça mecanismos de tributação progressiva. Com isto, defendemos o alívio da enorme incidência de tributos arcados pelos pobres.

**Paulo Dantas da Costa**  
**Presidente do Cofecon**



## **REBAIXAMENTO DA NOTA BRASILEIRA PELA AGÊNCIA STANDARD & POOR'S**

Em 24 de março a agência de rating Standard & Poor's (S&P), sediada em Nova Iorque, rebaixou a "nota" conferida ao Brasil de "BBB" para "BBB-". Os argumentos centrais apresentados para tal decisão foram o baixo crescimento econômico do país, o insuficiente superávit primário, a elevada dívida pública e a vulnerabilidade externa, além de outros, como uma supostamente excessiva atuação dos bancos públicos.

Inicialmente, deve-se mencionar a ausência critérios na aplicação das variáveis. A economia do México, por exemplo, cresceu apenas 1,0% em 2013, menos da metade do crescimento do PIB do Brasil, mas sua nota foi mantida em um nível superior (A3). O superávit primário no Brasil, de 1,9% do PIB, foi considerado insuficiente, mas o Brasil é um dos países do G-20 com maior superávit primário. A dívida pública bruta brasileira, de 57% do PIB, é praticamente a metade da norte-americana (106%). Já a relação entre compromissos externos de curto prazo e de longo prazo vencidos sobre as reservas internacionais, que mede o grau de vulnerabilidade externa, é no Brasil de apenas 24%, contra 60% no México (A3), 127% no Chile (Aa3) e 136% na Polônia (A2), todos, portanto, com "nota" superior a do Brasil.

Deve também ser questionada a não consideração pela agência de outras variáveis para determinar a saúde econômica e financeira de um país, tais como a geração de emprego, a elevação da renda média da população e a própria distribuição desta. O México, por exemplo, gerou apenas 200 mil em todo o ano de 2013, sete vezes menos dos que foram gerados no Brasil.

É evidente que a situação econômica brasileira não é nada confortável, acumulando-se problemas conjunturais e estruturais, como a ampliação do déficit em transações correntes, que em 2013 atingiu 3,5% do PIB. Ocorre que a S&P rebaixou a "nota" brasileira enquanto outras agências têm considerado os fundamentos econômicos do país como estáveis, não obstante os diversos problemas existentes, absolutamente alinhados com as dificuldades apresentadas pela quase totalidade dos países emergentes e, sobretudo, dos países centrais, em função da crise econômica mundial.

As consequências advindas do rebaixamento conferido pela S&P são os evidentes prejuízos à economia nacional, elevando o custo de captação de financiamento externo por parte do governo federal e de diversas empresas nacionais. Isso, no limite, pode configurar um cenário propício a situações de ataques especulativos contra a economia brasileira. O substancial ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), fonte essencial e desejável de financiamento de nosso balanço de pagamentos, pode ser prejudicado com a medida da S&P.

Merece credibilidade uma agência que, às vésperas da quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008, conferia uma nota elevada ao referido banco?

Por todas essas razões, o Conselho Federal de Economia manifesta-se em total desacordo com o rebaixamento da “nota” conferida ao Brasil pela agência Standard & Poor’s.

### Conselho Federal de Economia – Cofecon

## RISCO BRASIL?

Os motivos alegados pela Standard & Poor’s para rebaixar a nota do País



## **ZONA FRANCA DE MANAUS**

O plenário do Conselho Federal de Economia (Cofecon) manifesta-se favoravelmente à prorrogação dos incentivos federais concedidos ao Pólo Industrial de Manaus (PIM) / Zona Franca de Manaus para até o ano de 2073, conforme a PEC 506/10 tramitando no Congresso Nacional.

O PIM tem representado uma efetiva oportunidade de desenvolvimento econômico e social, não somente para o Estado do Amazonas, mas para todo o Brasil. São mais de 124 mil empregos diretos gerados; investimentos da ordem de US\$ 31,2 bilhões nos últimos três anos; e, por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), uma significativa participação no processo de desenvolvimento dos estados da Amazônia Ocidental, sua área de atuação.

Ademais, tem concorrido de forma extraordinária para a preservação e conservação do bioma amazônico ao inibir, indiretamente, atividades agropecuárias que implicam no desmatamento. A continuidade do PIM/ZFM resultará na manutenção da preservação de sua floresta, hoje de 97% no estado do Amazonas, o que é do interesse de toda a Nação Brasileira.

As atividades do PIM/ZFM não estão atreladas à exploração de madeira, pastos ou mesmo agricultura, mas a um parque Fabril que gera 124 mil empregos diretos e, considerando a logística em território nacional (como transporte de cabotagem, caminhões, balsas e aviões; armazenagem e desembarços) e ainda serviços e comércio, o número de empregos indiretos ultrapassa os 400 mil. Além disso, contribui substancialmente para arrecadação tributária (cerca de 50 bilhões de dólares nos últimos 10 anos).

É sabido ainda que em todos os estados do Brasil há diversas empresas que fabricam insumos para o PIM/ZFM e outras empresas que vendem produtos nela produzidos. Igualmente, os impostos gerados têm possibilitado a execução de investimentos em escolas, hospitais, transporte e demais serviços públicos.

Em suma, a Zona Franca de Manaus não é apenas do Amazonas e tampouco da Amazônia Ocidental, mas do Brasil e de todos os Brasileiros. Desta forma, o Conselho Federal de Economia vem se posicionar favoravelmente e afirmar que é de fundamental importância a prorrogação do modelo da Zona Franca de Manaus.

**Paulo Dantas da Costa**  
Presidente do Cofecon

**Erivaldo Lopes do Vale**  
Conselheiro Federal / Amazonas

Você sabe onde sua empresa está.  
O Economista sabe aonde ela pode chegar.



**Se você procura uma vantagem competitiva para seu negócio, contrate um Economista.** Um Economista não lida apenas com questões macroeconômicas. Ele também pode ser um grande diferencial para a sua empresa, desenvolvendo soluções para problemas financeiros, econômicos e de gestão, tanto na prestação de serviços quanto na agricultura, no comércio ou na indústria.



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

13 de AGOSTO  
DIA do ECONOMISTA



# XX PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

**INSCRIÇÕES**  
de 07/04/2014  
a 07/07/2014

## PREMIAÇÕES NAS CATEGORIAS

- LIVRO DE ECONOMIA
- TESE DE DOUTORADO
- DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
- ARTIGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO
- MONOGRAFIA OU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## COMISSÃO AVALIADORA

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA (PUC-SP)

CELINA MARTINS RAMALHO (FGV/SP)

CLÁUDIO RIBEIRO DE LUCINDA (FEA - RP - USP)

CRISTIANE SOARES DE MESQUITA (UFRPE)

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA (UFPA)

FERNANDO DE AQUINO FONSECA NETO  
(UFPE / BANCO CENTRAL)

JOÃO ROGÉRIO SANSON (UFSC)

JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT (ENAP)

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI (IFES)

MAURO THURY DE VIEIRA SÁ (UFAM)

PAULA MEYER (UNB)

PEDRO LINHARES ROSSI (UNICAMP)

REINALDO GONÇALVES (IE-UFRJ)

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO (FAAP)

SÉRGIO GOLDBAUM (FGV/SP)

REALIZAÇÃO:



**WWW.COFECON.ORG.BR/PBE**

Visite também a nossa página no Facebook  
[www.facebook.com/pbecofecon](http://www.facebook.com/pbecofecon)

